

Brasil tenta renegociar as metas do déficit público

BRASÍLIA — O Governo brasileiro está tentando renegociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, as metas acertadas para o déficit público nominal (incluídas as correções monetárias e cambial) em 84. Os tetos válidos até dezembro foram negociados no mês passado, quando esteve no País uma missão de consulta do FMI, mas ainda não foram formalizados na nova Carta de Intenções.

A necessidade de ampliar as metas do déficit público nominal levou a Washington, na última sexta-feira, o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega; o Chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues Alves, e o Secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento, José Augusto Arantes Savasini.

A justificativa apresentada pelo Governo ao FMI, para tentar renegociar a meta antes da assinatura formal da nova Carta de Intenções, é que o recente pacote de medidas aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pressionam o déficit público.

As medidas prevêem um aumento significativo das vendas de títulos públicos federais, que são computados no déficit público quando estão fora do controle das autoridades monetárias. Até julho último, a parcela da dívida pública fora das autoridades monetárias (títulos em circulação) representava 40,9 por cento do saldo global dos títulos públicos.

O impacto das medidas do CMN praticamente invalidou as metas de Cr\$ 44 trilhões para o déficit público nominal até o fim deste mês e de Cr\$ 66 trilhões até dezembro. Apesar do comprometimento das metas nominais, mantém-se a meta de um superávit de 0,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para a área pública, até o final do ano, em termos reais (descontadas as correções). O pacote do CMN foi adotado para garantir o cumprimento da meta anual de 95 por cento para a expansão da base monetária (emissão de mo-

1

ONU acha que só credor resolve o endividamento

NOVA YORK — A solução do problema da dívida externa do Terceiro Mundo está nas mãos dos países credores, afirmou ontem o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuellar. Ao comentar os assuntos da agenda do 39º período de sessões da Assembléia-Geral da ONU, que começa hoje, disse que entre os assuntos urgentes a serem debatidos estão os de caráter econômico.

Cuellar acrescentou que a instituição está estudando a questão da dívida externa através de seus organismos especializados, mas não sabe se a Assembléia-Geral incluirá este problema em sua agenda.

— Trata-se de um problema para o qual a ONU e os países credores precisam dar atenção prioritária. A solução não está em pagar ou não pagar, mas em fazer o possível para que os devedores possam pagar.

Para ele, os países ricos precisam refinanciar as dívidas em melhores condições e adotar outras medidas econômicas e comerciais de ajuda aos devedores.

Cuellar destacou também que, na área da corrida nuclear, é preciso que Estados Unidos e União Soviética cheguem a um acordo para proibir as experiências atômicas e eliminar as armas no espaço extraterrestre.

● O fundador das destilarias Seagram's, um dos maiores fabricantes municipais de bebidas, e Presidente do Congresso Judaico Mundial, Edgar Miles Bronfman, disse que banqueiros e empresários americanos não estão apreensivos com a crise econômica brasileira, pois, nesse momento, suas preocupação está voltada para a Argentina. Segundo ele os empresários estão otimistas com a recuperação brasileira.

2

Bancos dos EUA preocupados com atraso argentino

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — O atraso da Argentina no pagamento de US\$ 750 milhões, que venceram sábado passado, deixou os banqueiros novaiorquinos apreensivos em relação a suas futuras negociações com o país sul-americano. O dinheiro faz parte de um crédito de US\$ 1,1 bilhão tomado no fim de 82 para pagar juros.

— Não houve decisão nenhuma quanto ao empréstimo. Ele está sendo rolado diariamente, pois os argentinos disseram que não podem pagar. Quanto a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, ainda não temos nenhuma informação. Como sempre é muita especulação e pouco fato concreto — disse ao GLOBO um dos banqueiros do comitê de 11 bancos que assessorava a dívida externa argentina.

Amanhã chega a Nova York o Ministro da Fazenda argentino, Bernardo Grinspún, que deverá conversar com os representantes dos bancos antes de ir a Washington para se reunir com o FMI. Fontes bancárias acreditam que só com a presença de Grinspún e com a chegada do Presidente Raul Alfonsín aos Estados Unidos, no fim de semana, se chegará a uma solução do problema da dívida externa argentina.

● O Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, recomendará a seu colega argentino, Raul Alfonsín, que chegue o quanto antes a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para resolver o problema de sua dívida externa. Os dois dirigentes se reunirão domingo, no Waldorf Astoria, em Nova York, onde se hospedarão para participar da Assembléia-Geral das Nações Unidas, informou a imprensa de Buenos Aires.

3

América Latina leva propostas a países pobres

WASHINGTON — Seis dos 11 países latino-americanos que participaram do encontro de Mar del Plata sobre a dívida externa levarão hoje à reunião do chamado Grupo dos 24 (nações em desenvolvimento) do Fundo Monetário Internacional (FMI) as principais conclusões a que chegaram em dois dias de debates na semana passada.

Os latino-americanos esperam que suas reivindicações — entre as quais se destaca a proposta de uma reunião de cúpula entre devedores e credores, no primeiro semestre de 85 — sirvam de base às propostas que o Grupo dos 24 discutirá na reunião anual do FMI, no dia 24. Outro item do documento de Mar del Plata é um protesto contra o protecionismo das nações industrializadas.

Pesquisa do Centro de Estudos e Dados do Equador revela que Venezuela, Chile, Uruguai, Argentina e México encabeçam a lista dos países com maior dívida per capita do mundo. Segundo o estudo, publicado ontem pelo jornal "El Expresso", a Venezuela tem um débito de US\$ 2.365 por habitante; o Chile, de US\$ 1.739; o Uruguai, de US\$ 1.467; a Argentina, de US\$ 1.403; e o México, de US\$ 1.274. A dívida per capita do Brasil é de US\$ 787.

● O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, reafirmou ontem que o fórum apropriado para as discussões multilaterais sobre as dívidas externas dos países em desenvolvimento são os organismos internacionais já estabelecidos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird). Já os banqueiros alemães estão dispostos a apoiar uma reunião de cúpula sobre a questão do endividamento.